

**Ata da Décima Terceira Reunião da Câmara
Estadual de Compensação Ambiental da
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
(CECA/SDS).**

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na Sala de Treinamento do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com início às quatorze horas e término às dezessete horas, realizou-se a Décima Terceira Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta única a discussão sobre a minuta do Decreto Estadual que regulamentará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto à obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, e cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Executivo. A versão final será debatida no Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil, a ser realizado nos dias 25 e 26 de outubro do corrente ano. Após as discussões, que alteraram o conteúdo da proposta até o Capítulo III, anexo a esta ata consta a versão corrigida pelo Colegiado. Foi deliberada a realização de nova reunião para finalização da avaliação. Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.


João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

13ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA**Data:** 19/09/2012; **Horário:** 14:00 às 17h00; **Local:** Sala de Treinamento do IPAAM.**LISTA DE PRESENÇA****1 - GABINETE DA SDS**

N.	Técnico	Assinatura
01	Nádia Cristina d'Ávila Ferreira	
02	Kamila Botelho do Amaral	

2 - CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - CEUC/SDS:

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Kátia Helena S. C. Schweickardt	T	
02	Francisco Pinto dos Santos	S	
03	Christina Fischer	S	<i>Christina Fischer</i>

3 - INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM:

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Maria Gorete Mello da Silva	T	
02	A designar.	S	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	T	
04	Gerson Oliveira da Silva	S	
05	Fábio Rodrigues Marques	T	
06	Marcelo Augusto dos S. Pinheiro	S	

4 - SEC. EX. ADJ. DE COMPENSAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS - SEACA

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	José Adailton Alves	T	
02	Assunção Pereira de Oliveira	S	
03	João Rodrigo Leitão dos Reis	T	
04	A designar.	S	

M. = Membros.

T. = Titular.

S. = Suplente.

5 - PARTICIPANTES:

N.	Nome	Instituição	Assinatura	Fone	E-mail
01	Mayara Vidal	IPAAM		2123-6757	vidal.mayara@gmail.com
02	José Carlos Monteiro de Souza	IPAAM		2123-6771	zeca@seaca.org.br
03					
04					
05					



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

MINUTA

Resultados da 13ª Reunião da CECA - Atualizada 19/09/2012

DECRETO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2012

Regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto a obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO que o Princípio do Poluidor/Usuário-Pagador, estabelecido no art. 225 da Constituição Federal e no art. 14, da Lei Federal nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe ao degradador a obrigação de indenizar os danos causados e ao usuário a obrigação de compensar a utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

CONSIDERANDO que a regularidade do licenciamento ambiental de estabelecimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente degradadores/poluidores do ambiente dependem do pagamento de medidas de compensação ambiental.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 36 da Lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar nº 53/2007, de 05 de junho de 2007, que institui do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 31 ao 34 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, e o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para a compensação ambiental;

~~**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 3378/2008, com julgamento em 09/04/2008, reputou parcialmente inconstitucional o § 1º do art. 36 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000;~~

Proposta da CECA

~~**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer metodologia para valoração da compensação compartilhamento sobre o grau dos significativos impactos ambientais, atendendo à decisão do Supremo Tribunal Federal;~~

Proposta da CECA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Estadual nº. 3785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº. 3219, de 28 de setembro de 2007, e da outras providências;

Incluído CECA

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, para efeito da fixação, cálculo, cobrança, destinação, repartição, aplicação, revisão de valores e gestão dos recursos oriundos da obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, **assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, assim como, cria a ~~Câmara e Comitê Técnico~~ Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo. **(com base no artigo 1º do Decreto Federal 6848-09).**

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Compensação Ambiental no Estado do Amazonas, possui como diretrizes os seguintes princípios:

I – Prevenção - conceito Dr. Marcelo

II – Precaução – conceito Dr. Marcelo

III – princípio do poluidor pagador: baseado na internalização dos custos ambientais gerados pelos impactos negativos não mitigáveis causados por atividades e empreendimento, devendo ser suportado pelos agentes que os originaram.

IV – princípio do desenvolvimento sustentável: consistente na adoção de medidas que visem à conservação do meio ambiente, associadas aos benefícios de ordem social, econômica e ecológica que combatam a pobreza e proporcionem às futuras e às presentes gerações melhoria do padrão de qualidade de vida;

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Compensação Ambiental: é a forma de compensar os impactos ambientais não mitigáveis pela utilização dos recursos e serviços ambientais de destinação coletiva, determinando-se percentual de valor para cobrança, a partir da análise dos estudos ambientais e da determinação da magnitude do impacto ambiental;

II – Significativo impacto ambiental: nível de impacto decorrente da implantação de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente impactantes, que



possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais;

III - Poluição Ambiental: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – Estudos Ambientais: São estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento apresentado como subsidio para análise da licença requerida, e exigidos no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades em função do seu efetivo ou potencial grau de impacto, elaborado por profissional habilitado;

V – Grau de Impacto (GI): a unidade de medida dos impactos negativos não mitigáveis, obtida pelo somatório dos pontos pertinentes aos indicadores ambientais de cada componente avaliado;

VI – Indicadores Ambientais: os parâmetros quantificáveis da amplitude dos impactos negativos não mitigáveis de um empreendimento, definidos em pontos percentuais, que integram os componentes considerados para o estabelecimento do grau de impacto;

VII – Parecer de Gradação – documento de caráter técnico, elaborado por equipe multidisciplinar, resultante da análise de estudos ambientais e teor contido no Processo de Licenciamento Ambiental, determinando, a partir da metodologia de cálculo, o percentual da Compensação Ambiental;

VIII – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) – instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre empreendedor e o **órgão ambiental licenciador, com interveniência da SDS**, que estabelece as obrigações, valor do recurso, prazos e demais informações pertinentes, para a execução das medidas de compensação ambiental, ~~aprovadas pela Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA),~~ **devendo ser assinado antes da concessão da Licença de Instalação (LI);**

IX – Plano de Trabalho - conjunto de atividades e ações técnicas com seu respectivo plano de aplicação, decorrentes da destinação dos recursos de compensação de cada empreendimento, ~~vinculado ao TCCA;~~

Plano de Trabalho ser restrição da LI – órgãos gestores de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e privadas.

Conta por Compensação Ambiental de Empreendimento

X – Custo Total de Implantação do Empreendimento – Somatório dos investimentos inerentes à implantação do empreendimento, excluindo-se **do cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

XI – Projetos Estruturantes - são ações que atendam um conjunto de UC diretamente ou não afetadas pelo empreendimento, assim como, promovam apoio na elaboração de planos e programas voltados a proteção e conservação ambiental nos municípios contemplados por unidades, com o objetivo de implementação do SEUC.

Art. 4º São sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental de que trata este Decreto, as pessoas físicas, jurídicas, **públicas ou privadas** responsáveis por empreendimentos ou atividades enquadradas pelo órgão ambiental licenciador, como efetivas ou potenciais causadoras de significativo impacto ambiental não mitigável, **assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.**

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 5º A compensação ambiental oriunda de atividade ou empreendimento com significativo impacto ambiental, assim definido pelo órgão licenciador, tem por objetivo a compensação dos danos ambientais não mitigáveis causados ou a serem causados, e deverão ser aplicados na implantação e implementação de Unidades de Conservação **de Proteção Integral (UCPI)** federais, estaduais, municipais e privadas, existentes ou a serem criadas no território do Estado do Amazonas, com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e/ou Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), com respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);

§ 1º - Existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas ser beneficiadas com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infra-estrutura existente;

§ 2º - **inexistindo unidade de conservação ou zona de amortecimento afetada, parte dos recursos oriundos da compensação ambiental deverá ser destinada à criação, implantação ou manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral localizada preferencialmente no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica do empreendimento ou atividade licenciada, considerando as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, identificadas conforme o disposto no Decreto n o 5.092, de 21 de maio de 2004, bem como as propostas apresentadas no EIA/RIMA.**

Art. 6º - As atividades prioritárias a serem consideradas na aplicação dos recursos de compensação ambiental previstas no inciso I, do artigo anterior, são:

- I. Regularização fundiária e demarcação das UC;
- II. Elaboração, revisão, **implantação e implementação** de plano de gestão;
- III. Atividades de proteção e fiscalização das unidades de conservação;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- IV. Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua zona de amortecimento;
- V. Desenvolvimento de estudos necessários à criação de novas UC;
- VI. Desenvolvimento de pesquisas para a gestão da UC e Zona de Amortecimento; e
- VII. Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação;
- ~~VIII. Outras consideradas relevantes pelo órgão gestor da unidade, a serem aplicadas na própria unidade de conservação.~~

§1º. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- I - elaboração do Plano de Gestão ou nas atividades de proteção da unidade;**
- II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;**
- III - implantação de programas de educação ambiental; e**
- IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.**

§2º. É vedada aplicação de recursos de compensação ambiental para RPPN e RPDS criadas após o início do processo de licenciamento do empreendimento, bem como, despesas de capital.

~~Art. 7º - É facultado ao empreendedor, apresentar propostas para o cumprimento da compensação ambiental, que serão analisadas e verificadas sua elegibilidade no âmbito da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), em consonância com o Plano de Trabalho.~~

CAPÍTULO III

DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA

Art. 8º - Fica criada, na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), a Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), órgão de caráter deliberativo, tendo como finalidade (em observação no art. 1º do Decreto 6848-09):

- I - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental,**
- II – Analisar e aprovar os Planos de Trabalho para aplicação dos recursos apresentados pelas Entidades ou Órgãos Gestores de Unidades de Conservação selecionadas;**
- III. Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à Compensação Ambiental.**

~~II - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental, de acordo com estudos ambientais realizados e percentuais definidos;~~

~~III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação; e~~

~~IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação.~~



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- ~~I. Deliberar sobre a aplicação e o destino dos recursos provenientes da compensação ambiental;~~
- ~~II. Orientar e avaliar as atividades e prioridades referentes à Compensação Ambiental;~~
- ~~IV. Avaliar e aprovar a metodologia de cálculo da CA.~~

Art. 9º - O Colegiado da CECA é composto pela Presidência e 6 membros, sendo 3 membros titulares da SDS e 3 membros titulares do IPAAM e seus respectivos suplentes.

§1º A presidência será exercida pelo titular da SDS, e na sua ausência pelo Titular do IPAAM;

§2º Na hipótese de ser afetada unidade de conservação federal ou municipal, a reunião da CECA que tratar do tema deverá assegurar a participação com direito a voz e voto do órgão gestor da unidade afetada, e o respectivo representante do Conselho deliberativo da Unidade.

PAROU AQUI....

Próxima Reunião – 20-09-2012, as 09h

- ~~I. Titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS;~~
- ~~II. Secretaria Executiva de Gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SECEX/SDS;~~
- ~~III. Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEACA/SDS;~~
- ~~IV. Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CEUC/SDS;~~
- ~~V. Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;~~
- ~~VI. Diretoria Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – DT/IPAAM;~~
- ~~VII. Diretoria Jurídica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;~~
- ~~VIII. Gerência vinculada a Diretoria Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;~~

Art. 10 - Fica instituído, no âmbito do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), o Comitê Técnico de Compensação Ambiental (CTECA), composto por equipe multidisciplinar, por técnicos do IPAAM, com a competência de:

- I. Elaborar o Parecer Gradação;
- II. Calcular o percentual a ser cobrado para a compensação ambiental;
- III. Indicar as unidades de conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, a serem beneficiadas pela compensação ambiental.

CAPÍTULO IV DA FIXAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 11 - Para os fins de fixação da compensação ambiental, o órgão licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais, considerando-se a amplitude dos impactos gerados.

Art. 12 - Nas atividades ou empreendimentos causadores de significativa degradação, licenciados com base em estudos ambientais, o valor destinado à compensação ambiental será estabelecido, no correspondente procedimento de licenciamento, devendo, a graduação do percentual destinado a Compensação Ambiental, considerar o grau dos impactos gerados.

Parágrafo Único: Na valoração dos danos ambientais, órgão licenciador deverá fundamentar a exigência do percentual, quantificando os danos a partir da análise dos estudos ambientais ou de outros estudos disponíveis, com base em métodos de avaliação objetivos e reconhecidos, a ser regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO V DA COBRANÇA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13 - Caberá ao IPAAM realizar o cálculo da compensação ambiental, e efetuar a cobrança do pagamento ao empreendedor na expedição da **Licença de Instalação (LI)**.

Art. 14 - Conforme determinação da CECA, em acordo com as diretrizes do Plano de Trabalho, a compensação ambiental poderá ser cumprida por meio de:

- I. Execução direta de serviços;
- II. Dação de bens móveis ou imóveis e
- III. Depósito de recursos financeiros em conta específica, em até quatro parcelas, devendo ser a primeira paga em até:

a - 30 (trinta) dias da concessão da Licença de Operação (LO), quando a compensação ambiental for estabelecida como condicionante na fase de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);

b - 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Termo de Compromisso, quando a obrigatoriedade do cumprimento da compensação ambiental for estabelecida nas outras fases do licenciamento;

§ 1º - O recolhimento das parcelas sucessivas se dará em períodos previstos no Termo de Compromisso, não podendo ter intervalo superior a 06 (seis) meses.

§ 2º - O não cumprimento do recolhimento das parcelas previstas nos prazos estabelecidos sujeita-se a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sem prejuízo das demais penalidades previstas no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

§ 3º - No caso do inciso II do *caput* deste artigo, poderá ser admitida como forma alternativa de cumprimento da compensação ambiental, a dação em pagamento de imóvel no interior de unidade de conservação, pendente de regularização fundiária.

§ 4º - No caso previsto no parágrafo anterior, é necessária prévia avaliação do imóvel a ser dado em dação em pagamento.

§ 5º - No caso do inciso III do *caput* deste artigo, quando a unidade de conservação a ser beneficiada não estiver sob a administração do Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEU/SDS, o empreendedor deverá repassar diretamente os recursos financeiros, definidos pela CECA, ao órgão gestor da unidade de conservação favorecida.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Art. 15 – O IPAAM em caso de não cumprimento das obrigações e prazos acordados no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental executará as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das consequências explícitas no próprio Termo de Compromisso.

Parágrafo Único – A CECA solicitará ao órgão beneficiário da compensação ambiental apresentação de relatório anual da execução físico-financeiro do Plano de Trabalho aprovado, com base em critérios e indicadores previamente definidos:

Art. 16 - A cobrança da Compensação Ambiental se aplica:

I – Aos empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental e que não tiveram a compensação ambiental definida na fase de licença prévia, terão a compensação ambiental estabelecida, na fase de licenciamento em que se encontrarem, posterior a instituição da Lei Federal n 9.985, de 18 de julho de 2.000 – Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC);

II – No caso de ampliação ou modificação de empreendimento já licenciado, o cálculo da compensação ambiental terá como base o valor total relativo à sua ampliação ou modificação.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - A CECA deverá dar publicidade às compensações ambientais realizadas no Estado, bem como informar anualmente, a aplicação dos recursos oriundos apresentando, contendo no mínimo informações sobre o empreendimento licenciado, o percentual fixado, o valor, o prazo de aplicação da compensação, as unidades de conservação beneficiadas ou os projetos e programas de gestão ambiental realizada, e as ações nelas desenvolvidas.

Parágrafo Único - A SDS terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desse Decreto, para fazer publicar a aprovação do Regimento Interno da CECA.

Art. 18 - Os casos omissos quanto à aplicação dos procedimentos relativos à compensação ambiental serão analisados pelo IPAAM e/ou SDS e encaminhados para apreciação e deliberação da CECA.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.